



First Global Forum on  
Human Resources for Health  
2-7 March 2008,  
Kampala, Uganda

Action on the Health Workforce  
THE TIME IS NOW



global health  
workforce  
alliance

## **Trabalhadores de Saúde por Todos e Todos pelos Trabalhadores de Saúde**

### ***Declaração de Kampala e Agenda para Acção Global***

#### **Declaração**

Nós, os participantes no primeiro Fórum Global sobre Recursos Humanos na Saúde, em Kampala, 2-7 Março 2008, e representando um grupo diverso de governos, instituições multilaterais, bilaterais e académicas, sociedade civil, sector privado e sindicatos e associações de profissionais de trabalhadores da saúde;

Reconhecendo o impacto devastador que o VIH/SIDA tem nos sistemas de saúde e na força de trabalho da saúde, que agravou os efeitos do, já pesado, fardo das doenças transmissíveis e não transmissíveis, acidentes, lesões e outros problemas de saúde e atrasando os progressos da concretização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio relacionados com a Saúde;

Reconhecendo que, a somar aos sistemas de saúde efectivos, existem outras determinantes da saúde;

Afirmando que, o gozo do mais elevado nível de saúde possível é um dos direitos fundamentais do Homem;

Reconhecendo, ainda, a necessidade de acção imediata para resolver a crise em aceleração na força de trabalho global da saúde, incluindo a carência global de mais de quatro milhões de profissionais de saúde necessários para prestar cuidados de saúde essenciais;

Conscientes que, estamos a construir a trabalhar a partir de compromissos existentes assumidos por líderes globais e nacionais para enfrentar a crise, e desejosos e determinados a ver serem tomadas acções imediatas e urgentes;

Apelamos agora:

1. Aos líderes dos Governos para que providenciem a orientação para solucionar a crise de profissionais de saúde, envolvendo todos os parceiros relevantes e providenciando a energia política para o processo;
2. Aos líderes das instituições parceiras de desenvolvimento bilaterais e multilaterais para providenciarem apoio coordenado e coerente, que permita formular e implementar estratégias e planos nacionais abrangentes sobre força de trabalho em saúde.
3. Aos Governos para que determinem a apropriada combinação de competências da força de trabalho em saúde e para instituírem políticas coordenadas, inclusive através do estabelecimento de parcerias público-privadas, para um imediato e massivo aumento da qualificação de trabalhadores comunitários e de saúde de nível médio, enquanto, ao mesmo tempo, tentam responder à necessidade de mais pessoal com formação superior e especializado.

4. Aos Governos para conceber sistemas rigorosos de acreditação de educação e formação dos trabalhadores de saúde, complementados por quadros reguladores vinculativos desenvolvidos em estreita colaboração com os trabalhadores de saúde e suas organizações profissionais.
5. Aos Governos, à sociedade civil, ao sector privado e às organizações profissionais para fortalecerem, a todos os níveis, a capacidade de gestão e liderança.
6. Aos Governos para assegurarem incentivos adequados e um ambiente de trabalho seguro, que garanta uma efectiva retenção e distribuição equitativa da força de trabalho em saúde.
7. Sabendo que a migração dos profissionais de saúde é uma realidade e que tem impactos, quer positivos, quer negativos, apelamos aos países para que concretizem os mecanismos apropriados que modelem o mercado da força de trabalho em saúde, por forma a promoverem a sua retenção. A Organização Mundial de Saúde irá acelerar as negociações para um código de prática sobre recrutamento internacional de trabalhadores de saúde.
8. A todos os países, para que trabalhem colectivamente para responder adequadamente às carências globais, actuais e previsíveis de trabalhadores de saúde. Os países mais ricos darão prioridade elevada e financiarão adequadamente a formação e o recrutamento de trabalhadores de saúde suficientes no seu próprio país.
9. Aos Governos para que aumentem o seu próprio financiamento da força de trabalho da saúde, e às instituições internacionais para que diminuam os constrangimentos macroeconómicos aos países que tomem essas medidas.
10. Às instituições multilaterais e bilaterais de desenvolvimento parceiras para fornecerem apoio financeiro seguro, sustentado e adequado, para que respondam adequada e imediatamente as promessas existentes quanto a saúde e desenvolvimento.
11. Aos Países para criarem sistemas de informação sobre força de trabalho em saúde, a fim de melhorar a investigação e desenvolver a capacidade de gestão de dados, para institucionalizar o processo de tomada de decisões baseado na evidência e melhorar a partilha do conhecimento adquirido.
12. À Aliança Mundial de Profissões de Saúde para monitorizar a implementação desta Declaração de Kampala e da Agenda para uma Acção Global e para, dentro de dois anos, voltar a reunir este fórum para relatar e avaliar os progressos.



## **Ordem dos Enfermeiros**

Gabinete de Relações Internacionais

Tradução do original em inglês (RF/PD/AM) – Março 2008